

Repensar as Relações entre a União Europeia e a Rússia

Teresa Botelho

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Dois factores de ordem diversa justificam uma revisão da posição da União Europeia em relação à Rússia: a entrada na União de países da antiga esfera de influência da União Soviética (nomeadamente da Polónia e dos países Bálticos); e a nova determinação do Kremlin de Putin em reganhar um espaço de afirmação na cena internacional, baseado na crescente dependência energética europeia dos recursos de gás natural russos, que constituem 16% das reserva mundiais.

Se durante os anos de fraqueza da era Yeltsin foi possível à União Europeia alimentar a ilusão de que a Rússia fazia parte da Europa política, no sentido em que caminhava para o aprofundamento das reformas democráticas e em que nada de substancial parecia colocar os seus interesses em colisão com os da União Europeia, o novo comportamento de Moscovo quer na política doméstica, quer na cena internacional, exige uma estratégia comum que equilibre a necessidade de não criar tensões desnecessárias, com a urgência de não fazer cedências ao discurso e práticas cada vez mais agressivas do Kremlin.

O aprofundamento das reformas democráticas na Rússia não é a prioridade do seu governo; pelo contrário, autoritarismo, e silenciamento de todas as formas de oposição parecem inspirar a sua agenda doméstica; é altura da União Europeia assumir que existe um fosso entre os seus valores e os do aparelho político que Putin controla. Uma recente sondagem do Centro Levada indica mesmo que 71% dos russos não se consideram europeus, que quase metade considera que a União Europeia é uma ameaça potencial à sua independência financeira e industrial e que só um terço vê a Europa como um parceiro com o qual o país deve manter relações próximas.

Se a resposta da União Europeia às crises da Ucrânia e da Geórgia gerou intensa hostilidade por parte do Kremlin, que viu nos esforços de mediação europeus uma interferência na sua esfera de interesses, a entrada de países com uma longa história de subjugação ao *diktat* russo e soviético é geradora de novas tensões. A União deve contribuir para a moderação da retórica nacionalista desses países, mas deve também, como o Presidente da Comissão Europeia fez recentemente na cimeira de Samara, reiterar a solidariedade interna e avisar a Rússia de que o ataque a um país da União é um ataque a todos.

Nestas novas circunstâncias a União deve ter uma estratégia comum em torno das seguintes áreas:

Energia – A União não deve proporcionar à Rússia a possibilidade de continuar a usar os seus recursos energéticos como arma de chantagem política para prosseguir os seus interesses como fez em 2006 com a Geórgia e em 2007 com o fornecimento de petróleo através do *pipeline* da Bielorrússia. A proposta da Chanceler Merkel e da Comissão Europeia de estabelecimento de um mercado energético comum é fundamental para substituir os acordos bilaterais que, beneficiando alguns países da União, deixam outros em situação de extrema vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, deve procurar uma maior diversidade de recursos, diminuindo a sua dependência face à energia russa, que representa 30% das importações europeias de petróleo e 44 % de gás natural. Iniciativas da UE nesse sentido, nomeadamente a construção de *pipelines* da Ásia Central sem passar por território russo, não podem ser desencorajadas pelas objecções russas. No mesmo sentido, a União deve prosseguir a sua iniciativa de Política Europeia de Vizinhança com países da antiga esfera soviética como a Ucrânia e a Moldávia, apesar da reacção do Kremlin.

Política externa e militar – a União deve apoiar o plano Atasari para o Kosovo e não permitir que a Rússia use a sua ameaça de veto para negociar concessões noutras áreas de interesse do Kremlin, nomeadamente no que diz respeito ao seu controle dos *NIS* (Novos Estados Independentes) e do Sul do Cáucaso. Deve continuar a insistir no cumprimento dos acordos de retirada militar da Bielorrússia, Geórgia, Moldávia, Ucrânia e dos antigos Estados soviéticos da Ásia Central e deve tornar claro que as decisões que dizem respeito à instalação do escudo anti-míssil norte-americano devem ser tomadas pela NATO, pela Polónia e República Checa e pelos seus parceiros europeus, sem as recentes inaceitáveis ameaças russas.

A Rússia é um grande Estado que deve assumir as suas responsabilidades na cena internacional de forma construtiva. Tem interesses nacionais legítimos que gradualmente divergem dos da União Europeia. A União não ganha nem credibilidade nem capacidade de acção se ignorar o que nos divide, enfatizando contra todas as evidências unicamente aquilo em que convergimos.